

Parceria e tamanho da família no Nordeste brasileiro *

ANNA LUIZA OZORIO DE ALMEIDA **

1 — Introdução

A América Latina é conhecida por sua alta taxa de crescimento demográfico e taxa muito alta de fecundidade de sua população rural. O declínio da fecundidade na região, como consequência da urbanização e do crescimento econômico, é atribuído a numerosas causas, tanto econômicas como não-econômicas.¹ Argumenta-se em geral que os novos incentivos ao controle da fecundidade estão associados

* Este trabalho constitui uma reelaboração de uma tentativa anterior de analisar os dados coligidos pela Pesquisa-Piloto sobre a Família no Nordeste do Brasil, RPO 299, realizada em 1974 pelo Departamento de Agricultura e Abastecimento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (DAA-SUDENE), em cooperação com a Divisão de População e Recursos Humanos do Departamento de Economia do Desenvolvimento e com o Centro de Pesquisas do Desenvolvimento do Banco Mundial. Os dados fornecidos pelas instituições mencionadas acima, o apoio financeiro da Fundação Ford e a oportunidade de realizar este trabalho no National Bureau of Economic Research-West são reconhecidos com gratidão.

Agradecemos os comentários provocados pela apresentação de versões anteriores desta pesquisa no Simpósio da Fundação Ford sobre População, realizado no Rio de Janeiro em junho de 1976, e em dois seminários que tiveram lugar em Stanford: o Seminário de Mão-de-Obra, em outubro de 1976, e o Seminário de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, em janeiro de 1977. Nossa maior dívida é para com Robert J. Willis por nos ter posto a par da literatura sobre a fecundidade no Terceiro Mundo e por discussão deste trabalho em sucessivos, embora não necessariamente progressivos, estágios de sua execução. As inadequações que permanecem são inteiramente de nossa autoria e responsabilidade.

** Do Instituto de Pesquisas do IPEA.

¹ Frank W. Oechli e Dudley Kirk, "Modernization and the Demographic Transition in Latin America and the Caribbean", in *Economic Development and Cultural Change*, vol. 23 (abril de 1975), pp. 391-419.

a esse declínio, combatendo o que é chamado de mentalidade “tradicionalista”, “letárgica”, “fatalista”, quando não irracional, que dá preferência às grandes famílias nos países do Terceiro Mundo.²

Neste trabalho sugerimos que a alta fecundidade rural na América Latina constitui um ajustamento deliberado e racional às condições de produção agrícola que prevalecem em numerosas áreas do continente. O principal achado é que o sistema de parceria, a forma predominante de organização da produção nas regiões centrais escassamente povoadas do Nordeste e instituição comum em grande parte da América Latina,³ encerra um conjunto de poderosos induzimentos à fecundidade, que se perdem quando as unidades familiares enfrentam uma situação de trabalho assalariado na agricultura ou nas cidades. Por isso mesmo, o rápido declínio da fecundidade rural na última década na América Latina⁴ pode ser devido, até certo ponto, ao desaparecimento geral do sistema de parceria e sua substituição por minifúndios, dependentes de mão-de-obra assalariada.⁵ Essas implicações são discutidas na seção final deste trabalho.

A evidência empírica foi colhida em uma das áreas mais atrasadas e de maior taxa de fecundidade da América Latina: o Nordeste brasileiro. É descrito o ambiente ecológico e econômico das unidades familiares rurais pobres e respectiva fecundidade. O comportamento econômico é apresentado em uma série de perfis de ciclos de vida, calculados com base em uma pequena amostra de duas sub-regiões representativas.

² Frank W. Notestein, “Population: The Long View”, in Theodore W. Schultz (ed.), *Food for the World* (Chicago: University of Chicago Press, 1945), pp. 36-57.

³ International Labor Office, *The Landless Farmer in Latin America*, Studies and Reports, New Series, n.º 47 (Genebra, 1957).

⁴ Barry Edmonston, *Urban and Rural Fertility Changes in Latin America, The Influence of Migration and Urbanization in Brazil, Colombia and Mexico*, Interdisciplinary Program for Population Analysis – ICP (Smithsonian Institution, setembro de 1975).

⁵ Alain de Janvry, Carlos Benito e Efraim Franco, *Rural Development in Latin America: Three Projects Observed* (Berkeley: Department of Agricultural Economics, University of California, 1977), Parte I (a sair).

2 — Antecedentes

Mais de trinta milhões de pessoas vivem no Nordeste brasileiro, uma grande área geográfica (1.600.000 quilômetros quadrados) notoriamente conhecida pela ocorrência de secas esporádicas que destroem a produção agrícola⁶ e levam massas da população rural a migrar para as cidades, para áreas mais úmidas dentro do próprio Nordeste, ou para outras regiões do Brasil. Expulsando-as dessa forma, as áreas centrais do Nordeste mais sujeitas às secas contribuíram em muito para os problemas de crescimento da população urbana, ao mesmo tempo que mantêm uma moderada taxa de aumento dentro de seus próprios limites.⁷ Incessantemente esvaziada dos melhores trabalhadores, os que ficam constituem o segmento mais pobre da população do País. Em 1974, ano a que se refere este estudo, a renda rural *per capita* no Nordeste foi de US\$ 200, em comparação com a média nacional de US\$ 800. É também uma população com uma fecundidade acima da média, com índices filhos-mães aproximadamente 30% acima da média nacional em 1970.⁸

A pesquisa de unidades familiares rurais descrita abaixo foi igualmente dividida entre uma região de emigração — a região do sertão do Seridó, no Estado do Rio Grande do Norte — e uma região de imigração, no Estado do Maranhão. A parte do Rio Grande do Norte da amostra (85 famílias) foi recenseada em Caicó e Florânia, dois municípios da área quente semi-árida da região central do Nordeste denominada sertão (400-600 mm de precipitação pluviométrica).

⁶ A análise das estatísticas de precipitação pluviométrica anual, desde 1930, no Estado do Rio Grande do Norte indica que anos de graves secas (chuvas anuais de menos de 250 mm), que ocasionam grandes prejuízos às culturas, têm aproximadamente uma probabilidade de 20% de ocorrência, isto é, um ano em cada cinco. Report n.º 921-BR, Northeast Brazil, Rio Grande do Norte Development Project, RDD-ARDD-WB (11 de novembro de 1975), Anexo 1, p. 2.

⁷ Por exemplo, no Rio Grande do Norte, o Estado com grande incidência de secas estudado neste trabalho, a taxa média anual de crescimento demográfico anual foi de apenas 1,2%, enquanto que a taxa urbana chegou a 5,3% no mesmo Estado de 1960 a 1970, segundo os Censos Demográficos Nacionais.

⁸ Baseado em dados apresentados por Barry Edmonston e Carl R. Zulauf, "Data for Analyzing Rural-Urban Fertility Levels in Brazil, Colombia and México" (Food Research Institute, Stanford University, setembro de 1975), Tabela 4, p. 16.

trica por ano durante quatro-seis meses, secas periódicas e temperaturas médias anuais variando entre 23° e 27°C).⁹ A região consiste em trechos grandes, planos, pedregosos, interrompidos por alcantiladas mesetas e cortados aqui e ali por vales férteis, onde se cultiva a terra. É muito baixa a densidade demográfica (2-24 habitantes por quilômetro quadrado), muito embora as pequenas cidades sejam bem movimentadas e habitadas por uma população bem enraizada em costumes característicos, orgulhosa e mesmo turbulenta, onde não são raras as brigas e os tiroteios. O algodão perene e a criação de gado constituem as principais atividades econômicas produtoras de renda. O feijão e o milho são consorciados com o algodão de primeiro ano para fins de subsistência. Como em geral se espera em condições de agricultura de risco, as fazendas dependem de contratos de parceria, e não de salários ou acordos de arrendamento fixo.¹⁰ A meação ocorre tanto na forma de parceiros¹¹ como na de moradores. O trabalho assalariado puro é praticamente inexistente.¹²

⁹ SUDENE-DAA, *Pesquisa do Tamanho Típico da Unidade de Produção Agrícola do Nordeste: Relatório da Fase I* (Versão Preliminar) (Recife, dezembro de 1975), p. 90.

¹⁰ Grande parte da crescente literatura sobre a parceria liga esta forma de acordo contratual de trabalho à partilha de risco entre o dono de terra e o agricultor em condições de incerteza na produção. Ver, por exemplo, S. N. S. Cheung, "Transactions Costs, Risk Aversion and the Choice of Contractual Arrangements", in *Journal of Law and Economics* (abril de 1969), pp. 23-42; D. M. G. Newberry, "The Choice of Rental Contract in Peasant Agriculture", in L. Reynolds (ed.), *Agriculture in Development Theory* (New Haven: Yale University Press), Capítulo 5, e também D. M. G. Newberry, *Risk Sharing, Sharecropping and Uncertain Labor Markets*, IMSS Technical Report n.º 202 (Stanford, abril de 1976), e T. D. Reid, "Sharecropping as an Understandable Market Response: The Post-Bellum South", in *The Journal of Economic History*, vol. 33, n.º 1 (março de 1973), pp. 106-130.

¹¹ Os parceiros exercem algum julgamento empresarial e têm relativa autonomia sob um dado e demarcado sítio. Os moradores não o fazem nem dispõem de uma gleba. Recebem uma parte do produto que colhem, como pagamento em espécie. Os moradores, portanto, constituem uma combinação de parceiros e trabalhadores assalariados. Dada a ausência de contratos de aluguel fixo na amostra, moradores e parceiros serão chamados simplesmente de "parceiros" a fim de simplificar a exposição.

¹² Somente um trabalhador assalariado puro foi encontrado na presente amostra.

Na parte do Maranhão da amostra (90 unidades familiares), o município estudado — Monção — contrasta vivamente com o Seridó. Trata-se de uma região pré-amazônica, a oeste do Rio Grande do Norte, de densidade populacional também baixa (3-24 habitantes por quilômetro quadrado), mas com chuvas mais abundantes (600-2.000 mm anuais num período de quatro-seis meses), planícies e solo arável raso que é facilmente erodido com o desmatamento. Na orla da floresta, uma população nômade de posseiros pratica uma agricultura do tipo corte e queima. São plantados milho, feijão e mandioca para fins de subsistência. O arroz é vendido a intermediários, que o transportam e revendem nos mercados urbanos. A extração de caroços de babaçu e carnaúba constitui a principal alternativa produtora de renda ao arroz.¹³ A rápida erosão do solo no espaço de alguns anos, além da incapacidade de se controlar a invasão de ervas daninhas, empurra ainda mais para dentro da floresta o agricultor, que logo depois é seguido por criadores de gado, cujos rebanhos impedem a volta da antiga vegetação.¹⁴

Dados seus respectivos meios ecológicos, as unidades familiares em ambas as regiões enfrentam periodicamente anos de dificuldades financeiras, seja devido à necessidade de mudar-se para outra localização ao longo da orla da floresta, seja devido a uma seca no sertão. Uma vez que raramente são capazes de poupar o suficiente para financiar despesas extras, os habitantes freqüentemente incorrem em débitos durante esses anos críticos. Contudo, a menos que rendimentos inusitadamente altos ocorram nos anos seguintes entre as crises, os agricultores talvez não possam poupar o suficiente, após saldar suas dívidas, para sobreviver a outra seca ou para financiar outra mudança sem ter que, mais uma vez, tomar empréstimos. Em circunstâncias mais felizes, a ocorrência seguida de um número suficiente de boas safras permite de fato que algumas famílias poupem o suficiente para comprar um minifúndio próprio, tipicamente

¹³ Na verdade, conforme se viu, muitos desses agricultores alugam não a terra, mas árvores produtoras do fruto! Essa forma de contrato não foi prevista pelo questionário e, por conseguinte, não foi adequadamente registrada na amostra.

¹⁴ P. L. Scandizzo, *Land Distribution Tenancy Systems and Target Populations in Northeast Brazil*, relatório preparado para a Special Economic Mission to Northeast Brazil, DRC-WB (24 de setembro de 1974), p. 4.3.4.

com uma área de 10 ha.¹⁵ Não se trata de uma vantagem inegável, uma vez que os pequenos proprietários perdem o direito ao crédito costumeiramente concedido pelos grandes proprietários e se tornam mais vulneráveis do que os parceiros a irregularidades no produto, de ano para ano.¹⁶ Além disso, a existência de períodos de falta de mão-de-obra durante grande parte do ano reduz a dependência da alternativa do trabalho assalariado quando os pequenos donos de terras mais dele necessitam. Em consequência, às vezes renunciam às suas terras e voltam ao sistema de parceria nos anos de crise. Parece haver grande mobilidade nas duas direções entre os pequenos proprietários, parceiros e posseiros no Nordeste brasileiro. Esses três tipos de mão-de-obra agrícola são responsáveis por, aproximadamente, 60% da força de trabalho do Nordeste.¹⁷ O restante é constituído principalmente de assalariados e operadores-proprietários de tamanho intermediário.

O principal empregador dessa força de trabalho, seja em tempo parcial ou total, é um pequeno grupo de donos de terra que possui a maior parte da gleba arável e virtualmente monopoliza o acesso aos açudes nas regiões mais sujeitas às secas. Uma vez que a renda dessa gente depende da produção de safras comerciais, seu principal problema consiste em conseguir da população desenraizada, nômade e dispersa, um fluxo suficientemente grande e permanente de mão-de-obra a ser empregada nessa produção.

A solução predominante para as necessidades de segurança das famílias sem terras e para as necessidades de mão-de-obra dos proprietários no Nordeste brasileiro é uma forma específica de acordo

¹⁵ De 1960 a 1970, o número de minifúndios duplicou no Nordeste como um todo (de 873.124 para 1.503.280), enquanto a área média dos mesmos caía (de 3,14 para 2,72 ha). Esta redução no tamanho médio dos sítios fez com que aumentasse a moradia em tempo parcial ou o trabalho assalariado em meio expediente pelos pequenos proprietários. Ver P. L. Scandizzo, *op. cit.*, Tabela 1.2, p. 3.

¹⁶ A. W. Johnson, *Sharecroppers of the Sertão: Economics and Dependence on a Brazilian Plantation* (Stanford, California: Stanford University Press, 1971), discute o papel dos donos de terra como credores de seus parceiros no Nordeste do Brasil.

¹⁷ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), *Censo Agropecuário de 1970, Total Brasil*, Tabela 12.

de parceria, muito diferente em numerosos aspectos de seus equivalentes na Ásia¹⁸ ou no sul dos Estados Unidos¹⁹ após a Guerra Civil. Os proprietários concedem aos parceiros uma oferta elástica de terra (de acordo com o tamanho da família), crédito para compra de alimentos e serviços de comercialização (tanto para a produção de safras comerciais quanto de necessidades de consumo), em troca de uma parcela contratualmente fixada do produto obtido e do direito de ser indenizado em espécie por todas as dívidas. O acordo protege a família do parceiro das dificuldades extremas ocasionadas pelas secas mais severas e a alivia do impacto de variações climáticas menos graves. Uma vez que a dívida é saldada todos os anos na época da colheita, em termos de safra comercial, o sistema aumenta a quantidade da cultura que o dono da terra pode levar ao mercado, acima e além de sua parcela contratual, em uma forma semelhante ao sistema de penhor de safra vigente no sul dos Estados Unidos no período posterior à escravidão.²⁰

À parte a parcela da colheita que se deve entregar, não são explicitamente fixados no Nordeste outros aspectos do acordo. Em especial, nem as obrigações de o parceiro contribuir com trabalho nem os serviços de crédito do dono da terra são formalmente declarados. Isto contrasta com os laboriosos detalhes de contratos de parceria em

¹⁸ Steven N. S. Cheung, *The Theory of Share Tenancy* (Chicago: University of Chicago Press, 1969).

¹⁹ Roger Ransom e Richard Sutch, *What Was Freedom's Price? An Economic History of the Post Emancipation American South* (Berkeley e Riverside, California, 1977), a sair.

²⁰ O endividamento pela retenção ou penhor de safra ocorre quando os agricultores prometem pagar seus empréstimos em espécie, como parte de suas futuras colheitas. Esta forma de garantia de empréstimos foi também típica da parceria *post-bellum* no sul dos Estados Unidos. Ver R. L. Ransom e R. Sutch, "Debt Peonage in the Cotton South after the Civil War", in *The American Economic Review*, vol. 62, n.º 1 (março de 1972), pp. 77-86, a crítica de autoria de W. W. Brown e M. O. Reynolds, "Debt Peonage Re-examined", in *The Journal of Economic History*, vol. 33, n.º 4 (dezembro de 1973), pp. 862-871, e o trabalho posterior de R. Ransom e R. Sutch intitulado "The 'Lock-In' Mechanism and Overproduction of Cotton in the Postbellum South", in *Agricultural History*, vol. XLIX, n.º 2 (abril de 1975), pp. 405-425.

outras áreas,²¹ refletindo provavelmente o fato de que contratos formais de trabalho não podem ser cumpridos por donos de terra ausentes e que transações informais de crédito permitem que sejam cobradas taxas de juros tipicamente muito acima das legais. Em vez de contratos explícitos, por conseguinte, o sistema assume o caráter de um expediente para controlar e suscitar o trabalho do parceiro. O fato de o restante da dívida ser subtraído da parte do parceiro à época da colheita aumenta a possibilidade de que ele se endivide para o ano seguinte, a menos que dedique mais trabalho à safra comercial ou obtenha um rendimento fora do comum. De outra forma, suas necessidades de consumo podem superar novamente sua renda e ele incorrerá em ainda mais dívidas. Além disso, se houver outro mau ano, ou se outro membro dependente juntar-se à família, a necessidade de evitar endividamento nesse ano requererá muito mais insumos de trabalho na safra comercial. Isto realocará a mão-de-obra para longe da produção de alimentos e poderá, por seu turno, elevar às alturas a compra de alimentos, a menos que seja aumentado o volume total de trabalho contribuído pela família.

O endividamento crônico constitui um aspecto intrínseco do sistema de parceria no Nordeste brasileiro e em outras áreas.²² Na verdade, dada a incerteza típica da ecologia nordestina, o endividamento em si pode ser um dos principais motivos para que ambos os lados entrem em acordo. Ocasionalmente ocasiona uma especialização relativamente alta do trabalho do parceiro na produção da safra comercial, bem como um esforço relativamente maior por família do que o que ocorre no caso de trabalhadores assalariados.²³ Neste trabalho sugere-se que um aspecto adicional do sistema é que os parceiros desejam formar, e o conseguem, famílias mais numerosas do que outras unidades familiares rurais. O argumento em causa é apresentado na seção seguinte.

²¹ Joseph Reid Jr., *Agricultural History*, vol. 49, n.º 2 (abril de 1975), pp. 426-440.

²² Ver as fontes na nota 20 anterior.

²³ Ver a evidência muito interessante nesse sentido em Maria Rita Garcia Loureiro, *Parceria e Capitalismo* (Rio de Janeiro: Zahar, 1977).

3 — Decisões sobre o tamanho da família entre pequenos proprietários e parceiros

O comportamento no tocante ao tamanho da família, na medida em que é deliberado, reflete as satisfações que os parentes esperam obter dos filhos durante todo o restante de seu tempo de vida. A satisfação pode ser produzida pelos filhos em si ou pela renda que se espera deles.²⁴ A renda esperada, por seu lado, pode ser considerada como uma complementação da renda dos pais enquanto eles permanecem economicamente ativos, aqui chamado de “motivo trabalho” no que interessa à fecundidade,²⁵ ou como um esperado

²⁴ No primeiro exemplo (filhos desejados principalmente por si mesmos), o comportamento no tocante à fecundidade mereceu uma longa e crescente literatura, focalizada predominantemente sobre os países desenvolvidos, como, por exemplo, Gary S. Becker, “An Economic Analysis of Fertility”, in *Demographic and Economic Change in Developed Countries*, Universities — National Bureau Committee for Economic Research Conference Series 11 (Princeton: Princeton University Press, 1960), pp. 209-231; Gary S. Becker e H. Gregg Lewis, “On the Interaction between the Quantity and Quality of Children”, in *Journal of Political Economy*, vol. 81, n.º 2, Parte II (março/abril de 1973), pp. S279-S288; Robert J. Willis, “A New Approach to the Economic Theory of Fertility Behavior”, in *Journal of Political Economy*, vol. 81, n.º 2, Parte II (março/abril de 1973), pp. S14-S64; e numerosos outros que destacam o custo dos serviços dos filhos, isto é, da satisfação produzida pelos próprios filhos. Warren C. Sanderson, *The Interaction between Aspirations and Resources: The View of Easterlin and Other New Home Economists* (Stanford University, CREG Research Memorandum n.º 20), sugere que este grupo de analistas da fecundidade está se aproximando de um grande grupo rival, liderado por Richard A. Easterlin, “On the Relations of Economic Factors to Recent and Projected Fertility Changes”, in *Demography*, vol. 3 (1966), pp. 131-151; Richard A. Easterlin, “An Economic Framework for Fertility Analysis”, in *Studies in Family Planning*, vol. 6, n.º 3 (março de 1975), pp. 54-63; e vários outros, que enfatizam as aspirações de mobilidade dos pais, *status* e outras variáveis sociológicas para explicar o comportamento no tocante à fecundidade. Essa literatura foi resenhada por Warren E. Sanderson, *Economic Theories of Fertility; What do They Explain?*, NBER Working Paper Series, n.º 36 (março de 1974), e por Harvey Leibenstein, “An Interpretation of the Economic Theory of Fertility: Promising Path or Blind Alley?”, in *Journal of Economic Literature*, vol. 12, n.º 2 (junho de 1974), pp. 457-479.

²⁵ Uma discussão sobre o interessante do “motivo trabalho” é encontrada em John C. Caldwell, “Towards a Restatement of Demographic Transition Theory; An Investigation of Conditions Before and at the Onset of Fertility Decline Employing Primarily Africa Experience and Data” (fevereiro de 1976).

meio de sustentá-los durante a velhice, que chamamos de “motivo pensão”.²⁶ Além disso, dadas as condições que prevalecem no Nordeste, o sustento de emergência é necessário nos anos de crise, seja devido às secas ou às viagens.²⁷

São numerosas as controvérsias sobre se o valor presente líquido da contribuição da renda futura dos filhos é positivo ou negativo quando nascem, em comparação com a diferença em taxas sociais *versus* privadas de desconto no relativo ao tamanho da família,²⁸ e em comparação com a extensão em que o comportamento no tocante à fecundidade é conscientemente determinado.²⁹ Se fosse comprovado que os pais no Nordeste realmente recebem um fluxo lí-

ímico. A despeito de uma idade de separação extremamente baixa (supõe-se que os filhos deixem a casa quando têm 19 anos de idade), certas evidências empíricas sobre “valores de trabalho” líquidos positivos de crianças nas Filipinas, Java e Nepal são apresentadas por Peter H. Lindert, *Child Costs and Economic Development*, trabalho apresentado em Universities — NBER Conference on Population and Economic Change in Less Developed Countries (setembro/outubro de 1976).

²⁶ Philip A. Neher, “Peasants, Procreation and Pensions”, in *The American Economic Review*, vol. 61, n.º 3, Parte 1 (junho de 1971), pp. 380-389, e Dov Chernichovsky, *Fertility Behavior in Underdeveloped Countries*, Ph. D. Dissertation (City University of New York, 1975), dividem os ciclos de vida dos pais em apenas dois períodos (o terceiro período de Neher é póstumo). Isto faz com que os benefícios de pensão superem os benefícios de trabalho, que ocorrem entre a procriação e a dependência.

²⁷ Este quarto motivo foi, com frequência, mencionado pelos inquiridos na pesquisa analisada abaixo. Mas desde que não foi previsto no plano de codificação, tampouco foi registrado. Os outros três foram discriminados pela primeira vez por Harvey Leibenstein, *Economic Backwardness and Economic Growth* (New York: John Wiley, 1957), p. 161.

²⁸ Ver o levantamento sobre esse ramo da literatura sobre fecundidade feito por Warren C. Robinson e David E. Horlacher, “Population Growth and Economic Welfare”, in *Reports on Population and Family Planning*, n.º 6 (fevereiro de 1971), pp. 1-39.

²⁹ Richard A. Easterlin, Robert A. Pollak e Michael L. Wachter, *Toward a More General Economic Model of Fertility Determination: Endogenous Preferences and Natural Fertility*, trabalho apresentado em Universities — NBER Conference on Economic and Demographic Change in Less Developed Countries (Philadelphia, setembro/outubro de 1976), sugerem uma tipologia de populações “pré-modernas”, “intermediárias” e “inteiramente modernas” segundo o grau de intenção consciente no tocante à fecundidade.

quido positivo de renda dos filhos, que meios alternativos de se assegurarem renda futura existem para eles e, finalmente, que há custos positivos na criação dos filhos e em procurar obter ativos duráveis produtores de renda, justificar-se-ia examinar se a fecundidade desses pais pode ser conscientemente influenciada pelos custos relativos de filhos *versus* fontes alternativas de renda futura. A fim de testar empiricamente tal hipótese, contudo, é preciso, em primeiro lugar, traduzir os conceitos econômicos abstratos de ativos e custos em suas manifestações concretas no contexto específico do Nordeste.

A principal alternativa aos filhos como fonte de renda futura nas áreas rurais do Nordeste é a terra. A criação de gado é por demais arriscada, pois os animais morrem durante as secas mais severas. Cooperativas e bancos estão fora do seu alcance, uma vez que não concedem créditos àqueles que não podem dar garantias. São um tanto sem sentido investimentos em escolaridade em uma economia em que as qualificações são aprendidas no trabalho, e não em salas de aula tradicionais de pequenas comunidades rurais. A emigração traz consigo a nebulosa promessa de empregos urbanos mais bem remunerados, mas também a expectativa de longas e cansativas viagens em ônibus superlotados para locais onde se precisa de dinheiro para toda e qualquer transação, além de um período indefinido de ajustamento, sem emprego, a um ambiente estranho. Os investimentos no futuro, em conseqüência, reduzem-se às alternativas de filhos ou terra. Esta última proporciona renda até aos menores proprietários, que, com freqüência, aceitam parceiros em suas pequenas glebas.³⁰ Velhos que pelo menos possuem terra têm garantida uma renda de "aposentadoria", mesmo que não disponham de filhos para sustentá-los.

O custo da terra, no entanto, toma a forma de dinheiro, recurso este escasso numa economia em que há um forte componente de subsistência e onde todas as principais transações são realizadas em espécie. Além disso, grandes proprietários relutam em vender pequenos sítios e, quando o fazem, restringem as vendas a terras de baixa

³⁰ Gary P. Kutcher e Pasquale L. Scandizzo, *Land Tenure, Employment and Farm Performance in Rio Grande do Norte*, The World Bank, Development Research Center, Development Planning Division, Working Paper n.º RPO: 273/XVII/1, Tabela 4, p. 6.

produtividade, longe dos açudes. Isto, com o tempo, ocasionou a partição progressiva de propriedades já diminutas em unidades ainda menores, conforme mencionado antes, até que não podem mais sustentar uma família sem que mais serviço seja prestado em outra localização. As imperfeições do mercado de terras, por conseguinte, elevaram aos poucos o custo de se adquirir terra no Nordeste rural.

O custo dos filhos, por outro lado, não se mede em dinheiro, mas em termos de tempo e bens que a família lhes prodigaliza. Numa economia em que há falta de trabalho, o custo-tempo dos filhos é bem baixo,³¹ predominando, ao que tudo indica, os custos-bens. Entre os bens consumidos pelos filhos, o maior componente em condições de quase subsistência é o alimento.³² Na verdade, a mortalidade infantil é criticamente alta durante a época do desmame, de dois a três anos, quando as crianças se tornam mais vulneráveis à carência de alimentos.³³

O custo dos alimentos nesse ambiente, por outro lado, inclui três componentes. O primeiro, a terra e o custo de trabalho da produção de alimentos pela própria família, não havendo, no caso, capital que valha a pena mencionar. O segundo, a margem de comercialização das

³¹ O custo-tempo dos filhos, especialmente para a mãe, constitui uma variável crítica nos modelos de fecundidade controlada deliberadamente, tais como os citados na primeira parte da nota 24 anterior. A disponibilidade de avós e de pré-adolescentes para cuidar das crianças, e a falta de alternativas de emprego para esses tipos de membros da família, no entanto, reduz a intensidade de tempo da criação dos filhos para a unidade familiar como um todo.

³² O consumo de artigos não alimentares é baixo, não apenas no que respeita aos filhos, mas a todos os membros da família. Cabanas sem assoalhos, sem mobiliário, exceto redes, um fogão a lenha e, talvez, um ou dois tamboretos apressadamente feitos recebem o visitante. Isto é tudo. Os alimentos constituem o principal artigo de consumo e os pais com frequência fazem piada sobre o custo-alimento das crianças, respondendo que a principal "contribuição" deles à família é comer:

"(...) ajuda na roça?"

"(...) ajuda é pra comer!"

³³ Ruy Laurenti, "Alguns Aspectos da Mortalidade de Crianças Menores de 5 Anos em Três Arcas Brasileiras", in *Crescimento Populacional (Histórico e Atual) e Componentes do Crescimento (Fecundidade e Migrações)*, Cadernos Cebrap, n.º 16 (São Paulo, 1973), pp. 75-92, acha que a subnutrição é responsável por 70 a 80% das mortes de crianças entre um e quatro anos de idade nas comunidades rurais brasileiras estudadas.

compras. O terceiro, a taxa de juros cobrada pelo credor que financia o consumo de alimentos pelas famílias em *deficit* no período entre as safras.

O primeiro, o de produção dos alimentos, pode ser alto e subir mais com o aumento do tamanho da família entre os pequenos proprietários do que parceiros, devido à incidência de retornos decrescentes nos minifúndios. O problema é ladeado entre os parceiros devido ao costume dos latifundiários de alocar-lhes terra segundo o tamanho da família. O segundo custo, o de juros, é também muito mais alto no caso dos pequenos proprietários, que têm apenas usurários locais como fonte de financiamento de seu consumo, do que para os parceiros, que possuem acesso fácil ao crédito concedido pelos grandes proprietários. O terceiro, o custo de comercialização dos alimentos, é provavelmente o mesmo para todas as famílias, ou quase. O custo dos alimentos para os filhos nesse meio, portanto, deve ser menor para o parceiro do que para pequenos proprietários.

Essas considerações levam à predição de que por duas razões os parceiros desejam e têm mais filhos do que os demais residentes rurais. Em primeiro lugar, porque o custo de ter um substituto dos filhos (principalmente terra) é relativamente alto para eles e, em segundo, porque o custo de ter filhos (principalmente crédito ao consumidor) é relativamente baixo para os parceiros em comparação com outras famílias. Seria, de fato, de esperar que os parceiros se mostrassem menos conscientes dos custos da criação dos filhos e mais dos benefícios por eles trazidos. Podem, por isso mesmo, entregar-se a práticas que lhes aumentam a fecundidade e, mais importante que tudo, tais práticas podem ser mesmo *conscientemente* motivadas para alcançar uma maior fecundidade. Dado o meio étnico, regional, cultural e econômico de todas essas famílias, a relativa mobilidade entre pequenos proprietários e parceiros, o contato comum com parentes que partem em uma drástica aventura de emigração e que, por isso mesmo, adotaram padrões urbanos de fecundidade mais baixos, alta e baixa fecundidade podem constituir resultado de decisões deliberadas, e não de práticas rituais executadas sem esse fim em vista.

Esta hipótese difere das propostas por defensores da fecundidade controlada e dos proponentes da fecundidade natural nos países do

Terceiro Mundo.³⁴ Sugere que a ocorrência de "fecundidade natural" pode ser resultado de um esforço deliberado, embora trunçado, para obter mais do que o número viável de nascimentos. Este desejo de alta fecundidade pode ser economicamente motivado e analisável de acordo com um dado modelo teórico de decisão, que leve em conta os custos e benefícios específicos associados aos filhos, tais como os resumidamente mencionados nos parágrafos acima.

A seção seguinte apresenta evidência de alta e baixa fecundidade entre parceiros e pequenos proprietários, baseada em uma amostra colhida no Nordeste. Evidência de diferentes custos e benefícios relativos ligados a filhos entre as diferentes classes de posse da terra é igualmente apresentada ao fim da seção.

4 — Alguns padrões de ciclos de vida de comportamento de famílias rurais no Nordeste do Brasil

O objetivo original do pequeno levantamento descrito nesta seção foi reunir material para uma pesquisa subsequente, e mais extensa, sobre a fecundidade e comportamento das famílias de pequenos agricultores no Nordeste.³⁵ A seqüela, contudo, jamais foi levada a cabo e os questionários experimentais tornaram-se a única fonte abrangente de informações a emergir do projeto.

Problemas referentes à truncagem, à natureza não representativa, de inconsistência na amostra entre as localidades estudadas e muitos outros foram discutidos em numerosos relatórios do Banco Mundial.³⁶

³⁴ Ver notas 24, 25 e 29 anteriores.

³⁵ Projeto RPO 273 da SUDENE/DRC, levantamento realizado em 1973.

³⁶ Ver T. King, D. Chernichovsky e R. Morán, "Economic Aspects of Household Fertility Behavior and Labor Supply, Phase I Report", Population and Human Resources Division, Development Economics Department (Washington: IBRD, junho de 1976); C. Cavalcanti, "Pesquisa sobre a Família Rural: Sugestões para um Projeto de Pesquisa" (Recife: Instituto Joaquim Nabuco, julho de 1975); A. L. Ozorio de Almeida, "Report on the Northeastern Brazil Rural Household Survey Pilot Project" (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, julho de 1974).

e dispensam ser enumerados aqui. Tudo pesado e considerando as inundações enfrentadas naquele ano pelos entrevistadores, os resultados revelaram-se surpreendentemente consistentes com dados estaduais e regionais.³⁷ A amostra é bem pequena, tendo-se obtido informações econômicas e demográficas consistentes para apenas 165 famílias no total.³⁸

Em virtude das muitas e conhecidas deficiências da base de dados, é ela usada neste trabalho como suporte ilustrativo para proposições empíricas, e não como veículo para teste de hipóteses. Temos esperança de que os padrões demográficos e econômicos de ciclo de vida despertem o interesse de estudiosos sequiosos de dados sobre o comportamento de famílias rurais no Terceiro Mundo. Além disso, alguns dos resultados podem ser esclarecedores para aqueles interessa-

³⁷ É talvez surpreendente que os valores médios de variáveis demográficas decisivas não se desviem muito do padrão global do Nordeste brasileiro. Não obstante, segundo R. Morán, "Socioeconomic Characteristics of Sampled Households: Comparisons with Northeast and Country-wide Samples from Official Brazilian Surveys", não publicado, PHRD-DED-WB, mulheres em idade de trabalhar parecem estar algo super-representadas, a alfabetização entre elas é mais alta e as taxas de fecundidade e mortalidade um pouco mais baixas do que no Nordeste como um todo, especialmente entre as mulheres mais jovens da amostra:

	Nordeste Brasileiro	Levantamento- Piloto
Proporção em idade de trabalhar (%)	40	60
Alfabetização feminina (%)	50	43
Média de nativos por mulher	6,7	6
Índice de sobrevivência de filhos (%)	72	66
Tamanho médio da família	6,7	7,6
Proporção de membros familiares não-nucleares	7	16

³⁸ Treze questionários, correspondentes às famílias de números 023, 047, 052, 053, 054, 056, 094, 111, 143, 153, 156 e 157, foram retirados da amostra devido à omissão de dados de suma importância para a presente análise. Diferenças em médias computadas aqui, e em outros trabalhos que usaram os mesmos dados, devem ser atribuídas a diferentes critérios de exclusão. Ver, por exemplo, Dov Chernichovsky, "Some Socioeconomic Aspects of Fertility Behavior in Northeast Brazil", PHRD-DED-WB (novembro de 1976).

dos nas transições demográficas ocorridas no século XIX em países que experimentaram o sistema de parceria entre a escravidão, ou servidão, e a mão-de-obra rural livre assalariada.³⁹

A presente seção descreve vários aspectos destacados do comportamento familiar entre parceiros, pequenos proprietários e posseiros residentes nas cercanias de dois municípios no Estado do Rio Grande do Norte – Caicó e Florânia – e outro no Estado do Maranhão – Monção. Conforme se mostra abaixo, descobriu-se que os parceiros apresentam níveis de fecundidade notavelmente altos em comparação com outros grupos populacionais e mesmo quando comparados com populações de fecundidade natural em outros países. Os diferenciais de fecundidade dentro da amostra parecem ser consistentes com as diferenças observadas nas contribuições dos filhos à renda da família através do ciclo de vida em cada subgrupo, bem como com as opiniões de pais e mães sobre os custos e benefícios relativos à criação dos mesmos.

A Tabela 1 mostra a distribuição da amostra em casas de idade, localização e sistema de posse da terra. As desvantagens da pequena amostra tornam-se evidentes com o número reduzido de observações em cada casa e as casas vazias. Chaves de idade de 10 anos teriam eliminado as casas vazias, mas teriam também acarretado perda de comparabilidade entre os perfis de fecundidade aqui mostrados e os apresentados por outros autores.

A maior classe de posse da terra na atual amostra é composta de posseiros; a menor compreende os pequenos proprietários. Somente três entre as mães entrevistadas tinham menos de 20 anos de idade; 38 (o maior contingente de idade) contavam mais de 50. Esta representação numerosa de mulheres relativamente mais idosas é algo atípica da região,⁴⁰ mas, no fim, revelou-se vantajosa para

³⁹ É digna de nota a ausência de assalariados puros nesta amostra, dado o rápido desaparecimento da parceria no Sul do País e sua substituição por contratos salariais. Afirma-se que a mudança para o trabalho assalariado no Sul foi causada pelo receio de que os parceiros reivindicassem as terras por eles cultivadas durante certo número de anos, em consonância com a recente legislação sobre o trabalho rural. Se assim, essa ameaça não havia sido ainda percebida pelos donos de terra no Seridó em 1974.

⁴⁰ R. Morán, *op. cit.*, Tabela 4.2, p. 4.4.

a finalidade de se comparar perfis retrospectivos de fecundidade, mostrados na tabela seguinte.

A Tabela 2 apresenta perfis retrospectivos estimados de fecundidade de filhos sobreviventes de todas as mulheres abrangidas pela amostra.⁴¹ A estimativa, contudo, foi profundamente influenciada pela antiga experiência de fecundidade de mulheres mais idosas, e talvez não seja representativa do comportamento de mulheres que pertencem a cada chave de idade.⁴²

A primeira impressão produzida pela Tabela 2 é que é bastante moderado o tamanho de família sobrevivente completa: 5,7 filhos na amostra como um todo: 5,76 em Caicó, 6,91 em Florânia e 5,10 em Monção. Os parceiros têm famílias ligeiramente mais numerosas do que os pequenos proprietários, que, por seu turno, possuem mais filhos vivos do que os posseiros.

É conhecido que casais que controlam sua fecundidade tendem, em primeiro lugar, a obter um dado número de nascimentos e, em seguida, tentam preveni-los. Isto leva a perfis muito parecidos em inclinação com os de fecundidade natural (isto é, nascimentos sem controle) nos primeiros estágios do ciclo de vida e a perfis mais nivelados em anos posteriores. Um possível teste da existência de ativo controle de natalidade em uma dada população, por conseguinte, é o grau em que os perfis se nivelam, em comparação com o número máximo de nascimentos possíveis (fecundidade natural). A fim de interpretar melhor os números apresentados na Tabela 1, as quatro primeiras linhas são apresentadas no Gráfico 1 e comparadas com o perfil de fecundidade natural de Henry.⁴³

⁴¹ Filhos vivos foram alocados aos intervalos de idade apropriados de acordo com suas idades e as das mães. Foram, em seguida, calculadas médias, baseadas no número de mulheres que haviam atingido um determinado intervalo de idade. O número de observações em cada coluna, em consequência, diminui com o aumento da idade. Mulheres jovens e velhas estão representadas nas primeiras chaves, mas apenas as segundas nas últimas.

⁴² Um possível teste da importância de possíveis diferenças entre as coortes mais jovens e mais velhas dentro de cada chave de idade, impedido devido a limitações de tempo, seria regressir a fecundidade observada em (0,1) *dummies* para mulheres com idade inferior ou superior a 30 anos.

⁴³ Louis Henry, "Some Data on Natural Fertility", in *Eugenics Quarterly*, vol. 8, n.º 2, pp. 81-91, Tabela 1, p. 84.

Todos os perfis constantes do Gráfico 1 situam-se bem abaixo do caso de fecundidade natural (H), exceto no caso de filhos de mulheres de Florânia quando tinham de 20 a 25 anos de idade. A programação de Florânia (F) é tão mais alta do que as de Caicó e Monção (C e M) que desconfiamos que podem estar em ação diferenças na composição da subamostra. Por isso mesmo, depois do reagrupamento da amostra segundo classes de posse da terra no Gráfico 2, vê-se que os parceiros apresentam invariavelmente taxas mais altas de sobrevivência de filhos. Os pequenos proprietários e posseiros cruzam-se na chave de idade de 30 a 35 anos.

TABELA 1
Distribuição de famílias na amostra

	Idade da Mãe							Total	
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49		≥ 50
Total.....	7	21	23	28	19	17	12	38	165
Caicó.....	---	8	4	8	6	1	1	21	49
Florânia.....	2	6	7	5	5	2	4	5	26
Monção.....	5	7	12	15	8	14	7	12	80
Parceiros ^a	2	10	8	10	5	2	3	9	49
Caicó.....	---	5	2	5	2	1	---	5	20
Florânia.....	2	5	6	5	3	1	3	3	28
Monção.....	---	---	---	---	---	---	---	1	1
Pequenos Proprietários.....	3	1	6	3	5	1	3	12	34
Caicó.....	---	1	2	2	1	---	1	9	16
Florânia.....	---	---	---	---	2	---	---	1	3
Monção.....	3	---	4	1	2	1	2	2	15
Diversos.....	2	10	9	15	9	14	6	17	82
Caicó ^b	---	2	---	1	3	---	---	7	13
Florânia ^b	---	1	1	---	---	1	1	1	5
Monção ^c	2	7	8	14	6	13	5	9	64

^a Moradores + parceiros.

^b Moradores em tempo parcial ou parceiros.

^c Posseiros.

O fato de esses perfis se situarem em todos os casos abaixo dos de Henry pode ou indicar controle da natalidade geral — suposição esta improvável no caso do Nordeste — ou mortalidade infantil mais alta do que no grupo de controle. A fim de corrigir a mortalidade

Gráfico 1
CRIANÇAS SOBREVIVENTES EM CADA LOCALIDADE

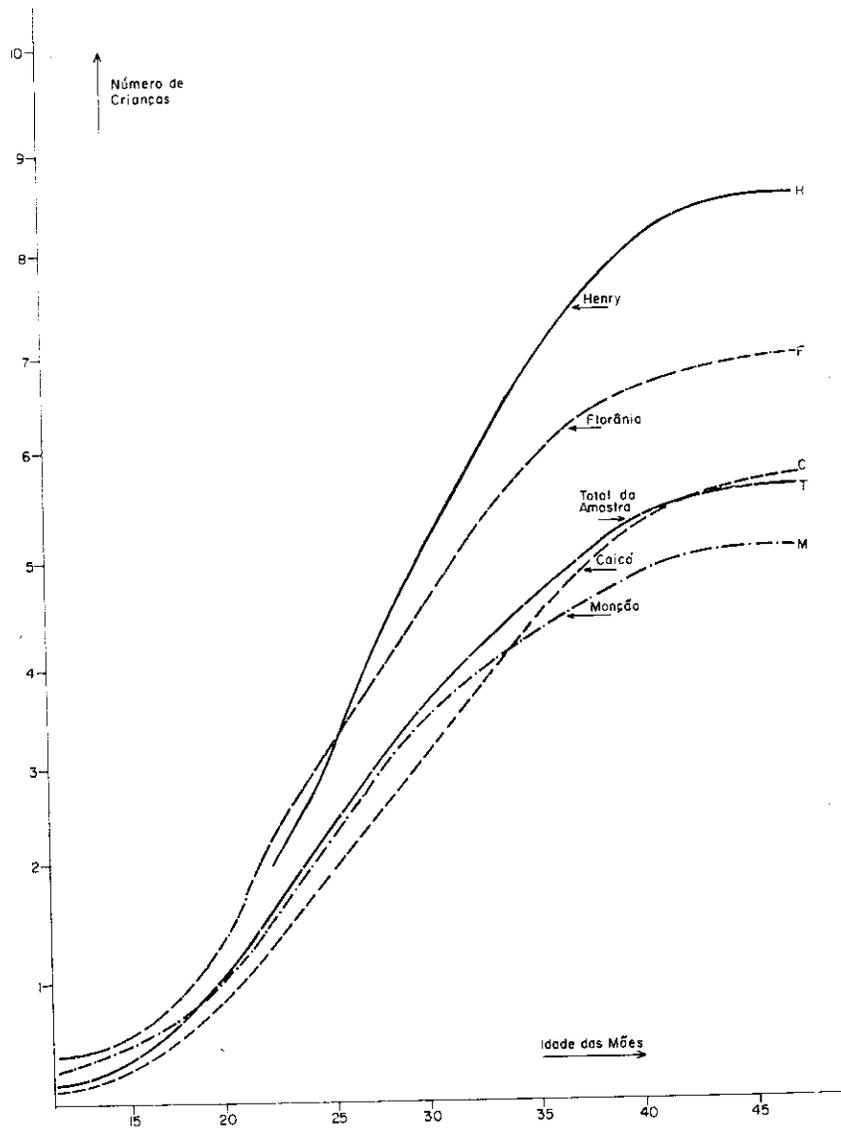


TABELA 2
Número de crianças sobreviventes

	Idade da Mãe							Tamanho Completo da Família
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
Total.....	0,51	1,73	2,12	4,24	5,07	5,57	5,70	5,70
Caicó.....	0,34	1,34	2,62	3,89	5,09	5,59	5,76	5,76
Florânia.....	0,67	2,45	3,93	5,32	6,04	6,71	6,91	6,91
Monção.....	0,55	1,66	3,05	4,00	4,61	5,05	5,10	5,10
Parceiros ^a	0,63	2,18	3,50	4,81	5,71	6,24	6,39	6,39
Caicó.....	0,42	1,88	3,48	5,48	6,88	7,21	7,21	7,21
Florânia.....	0,75	2,63	3,99	5,26	6,15	6,75	6,97	6,97
Monção.....	---	---	---	---	---	---	---	---
Pequenos Proprietários....	0,38	1,47	2,81	4,04	5,13	5,50	5,61	5,61
Caicó.....	0,13	0,33	1,71	2,90	4,40	4,70	4,92	4,92
Florânia.....	0,00	0,67	2,00	3,67	4,17	5,17	5,17	5,17
Monção.....	0,61	1,85	3,16	4,44	5,24	5,61	5,61	5,61
Diversos.....	0,58	1,84	3,22	4,20	4,82	5,31	5,40	5,40
Caicó ^b	0,62	2,00	3,18	4,63	5,51	6,18	6,35	6,35
Florânia ^b	0,60	4,60	6,93	8,60	9,60	10,60	10,60	10,60
Monção ^c	0,58	1,81	3,20	4,03	4,56	4,95	5,02	5,02

^a Moradores + parceiros.

^b Moradores em tempo parcial ou parceiros.

^c Possesores.

infantil, taxas de mortalidade infantil estimadas e específicas à idade⁴⁴ foram adicionadas às taxas de natalidade dos sobreviventes, produzindo uma estimativa do total a cada idade materna dos nativos. Os resultados são apresentados na Tabela 3 e no Gráfico 3.

Mesmo que os intervalos de confiança apropriados não tenham sido ainda estimados para os perfis constantes do Gráfico 3, sua aparência sugere diversas implicações importantes. Em primeiro lugar, a fecundidade entre os parceiros é notavelmente alta por qual-

⁴⁴ Uma aproximação a taxas de mortalidade específicas à idade foi calculada da seguinte maneira: os falecimentos totais comunicados pelas mulheres de cada grupo etário foram divididos pela duração do casamento e reagrupados em intervalos de cinco anos. Essas frações foram somadas em sucessão com o aumento da idade da mulher. Ao contrário do caso de sobreviventes, portanto, a mortalidade infantil estimada é mais pesadamente ponderada pela experiência de mortalidade infantil de mulheres mais jovens. A aproximação foi tornada necessária porque não se codificou adequadamente a informação relativa à idade à época da morte de crianças que tinham mais de um ano quando faleceram.

Gráfico 2
CRIANÇAS SOBREVIVENTES POR CLASSE DE POSSE DA TERRA

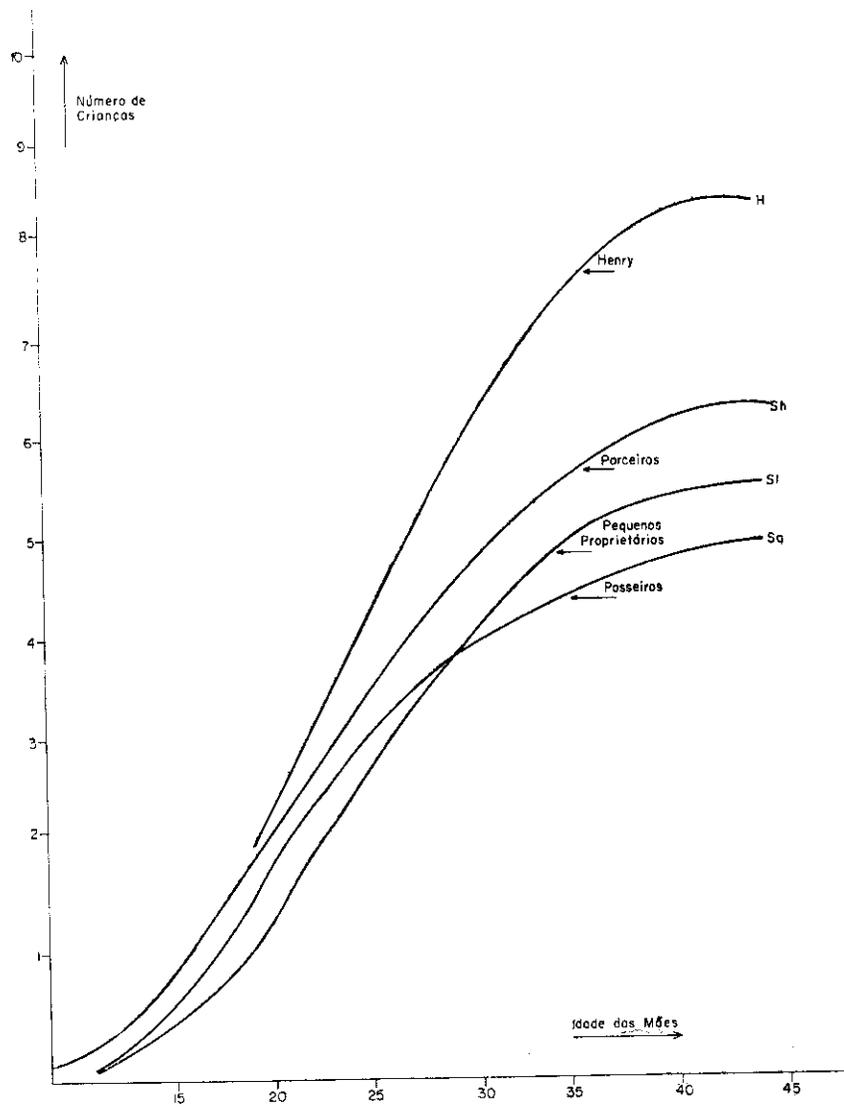


TABELA 3
Total estimado de nativos

	Idade da Mãe						
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
Total.....	0,51	2,73	4,97	6,63	7,83	8,66	9,19
Caicó.....	0,34	2,84	4,35	6,37	7,95	8,45	8,62
Florânia.....	0,67	3,45	6,38	8,10	9,47	11,14	12,22
Monção.....	0,55	2,09	3,81	5,25	6,05	6,75	6,99
Parceiros ^a	0,63	2,78	5,92	7,73	8,88	10,01	10,94
Caicó.....	0,42	2,08	3,93	6,63	8,39	9,72	9,72
Florânia.....	0,75	3,63	7,34	9,04	10,00	11,80	12,80
Monção.....	---	---	---	---	---	---	---
Pequenos Proprietários.....	0,38	2,47	2,98	5,43	7,17	7,54	7,86
Caicó.....	0,13	0,33	1,71	4,23	5,98	6,28	6,50
Florânia.....	0,00	0,67	2,00	3,67	5,55	6,55	6,55
Monção.....	0,61	1,85	3,66	5,94	6,87	7,24	7,77
Diversos.....	0,58	3,14	4,96	5,36	6,25	7,05	7,44
Caicó.....	0,62	6,50	7,68	9,13	10,43	11,10	11,27
Florânia ^b	0,60	5,60	8,93	10,60	11,60	13,40	14,57
Monção ^c	0,58	2,24	4,04	5,29	6,03	6,70	6,90

^a Moradores + parceiros.

^b Moradores em tempo parcial ou parceiros.

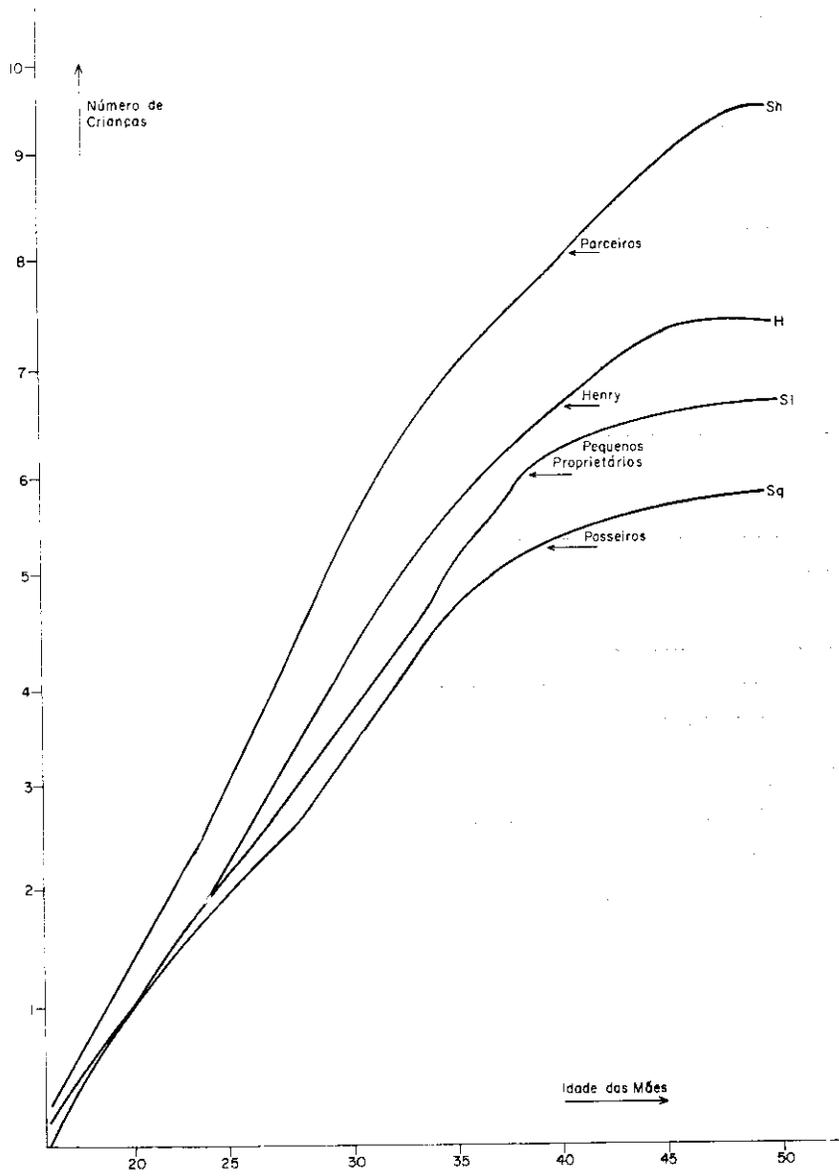
^c Posseiros.

quer padrão.⁴⁵ Em segundo, o perfil de fecundidade de pequenos proprietários aparentemente se assemelha muito com o caso da fecundidade natural (H), isto é, eles tampouco parecem controlar a natalidade. De acordo com os perfis estimados, os posseiros constituem o grupo que, com maior probabilidade, exerce alguma forma de controle, embora não precise estar consciente de fazê-lo. O seu

⁴⁵ Dado o método mediante o qual foram calculadas as Tabelas 2 e 3, devemos levar em conta a possibilidade de que as declividades dos perfis sejam superestimadas se: a) mulheres atualmente mais velhas tiveram, no passado, relativamente mais filhos sobreviventes do que mulheres mais jovens em cada chave de idade ou, alternativamente, b) mulheres atualmente mais jovens tiveram, no passado, mais filhos falecidos do que mulheres mais velhas em cada chave de idade.

Nenhum dos dois parece ser o caso nesta amostra ou em outras regiões rurais brasileiras. A cidade de São Paulo parece acusar taxas de mortalidade infantil muito altas nos casos de mães adolescentes, em comparação com mães idosas, mas isto parece relacionar-se com problemas especificamente urbanos. Ver Ruy de Laurenti, *op. cit.*, Tabela 7, p. 88.

Gráfico 3
 TOTAL DE NATIVOS POR CLASSE DE POSSE DA TERRA



estilo de vida nômade pode, em si, ocasionar freqüente separação entre marido e mulher e impor outras limitações não intencionais ao número de nascimentos por esposa.

A Tabela 4 mostra a percentagem de cada grupo de posse da terra — parceiros, pequenos proprietários, diversos (posseiros mais moradores em tempo parcial) — que justificaram sua preferência pelo tamanho de família em termos de benefícios ou outras considerações relativas aos filhos. Os custos de saúde são considerados como uma reação que ou explicitamente se refere ao esforço físico ligado à criação dos filhos ou a “custos psíquicos”, tais como dor, medo do parto, etc. Os custos econômicos ocorrem quando o entrevistado diz que ele ou ela são pobres demais para criar uma grande família. Os benefícios para o trabalho são anotados se os respondentes dizem que querem filhos pelo que podem contribuir em esforço. Os benefícios de pensão referem-se ao exposto desejo de segurança na velhice. O “prazer” descreve entrevistados que queriam muitos filhos porque “é bom ter filhos”. Alusões fatalistas à vontade de Deus e outras reações foram reunidas na coluna “diversos”.

A importância da Tabela 4 é que pais e mães foram entrevistados separadamente por agentes censitários masculinos e femininos. Isto resultou em alta incidência de omissões dos pais, aparentemente devida a esquecimentos dos entrevistados masculinos e possível desgosto oculto com essas “perguntas femininas”. Apesar de tudo, a Tabela 4 apresenta valiosa evidência de opiniões diferentes de pais e mães sobre os filhos, bem como tendências sistemáticas entre as classes de posse da terra.

A maioria dos respondentes tem concepções claras sobre os custos e benefícios de terem filhos. É digno de nota que o motivo pensão quase não aparece e que, quando é citado, diz respeito apenas às mulheres. Pais parceiros referem-se aos benefícios com uma freqüência mais de três vezes maior do que qualquer outro grupo. Eles querem, sobretudo, o trabalho dos filhos, enquanto as mães dizem com freqüência que simplesmente gostam de tê-los. Os parceiros atentam com muito menos freqüência para o custo do que os pequenos proprietários e posseiros. Os custos econômicos são percebidos mais freqüentemente pelas mães posseiras, ao passo que os custos

TABELA 4
Justificações dadas para a preferência pelo tamanho da família

	Nenhuma Resposta %	Custos			Benefícios			Diversos %	Total de Respon- dentes ^a %	N.º
		Saúde %	Econômico %	Trabalho %	Pensão %	Apogo aos Filhos %				
Total.....	48	10	10	13	0	14	5	100	352	
Mãe.....	21	21	21	14	1	20	2	100	176	
Pai.....	71	0	0	13	0	8	8	100	176	
Parceiros.....	34	1	5	26	0	28	6	100	96	
Mãe.....	22	2	8	19	0	43	6	100	48	
Pai.....	44	0	2	33	0	15	6	100	48	
Pequenos Proprietários.....	64	6	2	9	1	13	5	100	84	
Mãe.....	45	12	5	14	2	17	5	100	42	
Pai.....	80	0	0	5	0	10	5	100	42	
Diversos ^b	54	8	16	8	1	6	7	100	172	
Mãe.....	20	16	32	10	3	9	10	100	86	
Pai.....	87	1	0	6	0	3	3	100	86	

^a Número total de pais e mães entrevistados.

^b Principalmente posseiros.

de saúde são destacados mais pelas mães que são pequenas proprietárias. Pais não parceiros parecem ser bem indiferentes aos filhos.

Essas reações estão de acordo com os perfis de fecundidade vistos acima. Os parceiros aparentemente têm mais filhos porque os querem mais do que os pequenos proprietários e posseiros. Além disso, aparentemente esperam beneficiar-se mais com o trabalho deles e enfrentar menos limitações econômicas à criação dos mesmos do que os não parceiros.

Se expectativas são formadas pelos exemplos prevalecentes,⁴⁶ então as Tabelas 5-8 sugerem que os parceiros são, na verdade, realistas ao contar mais com a contribuição dos filhos ao trabalho da família do que outras classes de posse da terra. Famílias mais antigas têm mais filhos residentes (Tabela 5) e, em consequência, mais trabalhadores (Tabela 6) do que os outros dois grupos. Além disso, os filhos trabalham mais horas do que os filhos das demais (Tabela 7) e contribuem proporcionalmente mais para a renda familiar (Tabela 8).

A pouca representatividade na Tabela 4 do "motivo pensão" para querer filhos justifica-se também, de acordo com os costumes predominantes. Em economias caracterizadas por alta proporção do consumo de subsistência (Tabela 9), remessas de bens entre unidades familiares são incômodas demais e transferências de rendas entre gerações são efetuadas principalmente dentro do domicílio. Em consequência (Tabela 10), presentes, pensões e outras formas de renda não produzida pelos membros da família constituem uma pequena percentagem da renda total. Parecem constituir basicamente uma questão de disponibilidade institucional total (como, por exemplo, sindicatos de trabalhadores rurais) e não de idade ou sistema de

⁴⁶ A formação de expectativas sobre os filhos é um assunto complicado e que depende de aspirações de mobilidade, antigas experiências, escolha do grupo de pares e numerosos outros fatores, discutidos com freqüência na literatura sobre fecundidade. Nos EUA, a experiência do adolescente pode ser crucial no estabelecimento das aspirações dos futuros pais, para si mesmos e/ou seus filhos, influenciando, destarte, seu comportamento subsequente no tocante à fecundidade. Os migrantes rurais-urbanos na América Latina, por outro lado, geralmente mudam-se antes de casar e podem, em seguida, experimentar efeitos de vizinhança e imitar o comportamento no tocante à fecundidade que encontram nas áreas urbanas.

posse da terra. Nenhum importante padrão de ciclo de vida nas idades relativas dos membros não-nucleares foi encontrado, embora um padrão vagamente em "U", discernido na Tabela 10, possa indicar que esposas jovens vivem com freqüência no seio de famílias onde há pensionistas mais idosos.

O conjunto de tabelas a seguir procura ilustrar as contribuições econômicas dos filhos aos diferentes grupos de pais entrevistados na amostra. Não obstante, conforme notado antes na apresentação da Tabela 4, os pais explicam o desejado tamanho da família não só no que diz respeito aos esperados benefícios que serão proporcionados pelos filhos, mas também do ponto de vista dos custos esperados. O fato de que os parceiros desenfatem os custos com os filhos, enquanto os pequenos proprietários e posseiros os salientam, sugere que eles podem ser mais "baratos" para os primeiros do que para os segundos.

TABELA 5

Número de crianças residentes^a

	Idade da Mãe							
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	≥ 50
Total.....	3,0	2,3	3,6	5,0	5,3	5,8	6,9	6,5
Caicó.....	--	2,5	2,0	2,6	4,7	0,0	11,0	5,8
Florânia.....	--	3,3	3,1	5,4	4,2	9,5	6,0	9,0
Monção.....	3,0	1,4	4,4	6,1	6,5	5,7	6,9	6,7
Parceiros ^b	--	2,0	3,0	3,7	4,6	5,0	5,7	8,2
Caicó.....	--	0,8	3,5	2,0	3,0	0,0	--	9,0
Florânia.....	--	3,2	2,8	5,4	5,7	10,0	5,7	8,0
Monção.....	--	--	--	--	--	--	--	--
Pequenos Proprietários.....	6,0	5,0	3,2	4,3	4,4	1,0	10,7	5,2
Caicó.....	--	5,0	0,5	3,5	6,0	--	11,0	4,7
Florânia.....	--	--	--	--	2,0	--	--	9,0
Monção.....	6,0	--	4,5	6,0	6,0	1,0	10,5	5,5
Diversos.....	1,5	2,3	4,5	6,0	6,2	6,4	5,7	6,5
Caicó.....	--	4,5	--	4,0	5,3	--	--	4,9
Florânia.....	--	4,0	5,0	--	--	9,0	7,0	0,2
Monção.....	1,5	1,4	4,4	6,1	6,7	6,2	5,4	7,1

^a As "crianças residentes" podem ser de um casamento anterior de qualquer um dos esposos. Não são necessariamente descendentes da mãe entrevistada.

^b Moradores + parceiros.

^c Moradores em tempo parcial ou parceiros.

^d Posseiros.

TABELA 6
Número médio de membros ativos por família^a

	Idade da Mãe						
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	≥ 50
Total ^b	4,0	3,9	3,8	4,3	3,7	5,0	5,3
Caicó.....	3,9	4,8	3,6	4,0	2,0	4,0	5,0
Florânia.....	4,2	2,1	4,2	5,0	7,0	7,0	5,8
Monção ^c	---	---	---	---	---	---	---
Parceiros ^d	3,7	2,4	3,7	5,6	5,5	7,0	6,0
Caicó.....	2,8	3,5	3,2	3,0	2,0	---	6,6
Florânia.....	4,6	1,8	4,2	7,3	9,0	7,0	5,7
Monção ^e	---	---	---	---	---	---	---
Pequenos Proprietários.....	4,0	4,0	4,0	5,6	---	4,0	3,9
Caicó.....	4,0	4,0	4,0	6,0	---	4,0	4,2
Florânia.....	---	---	---	4,0	---	---	3,0
Monção ^e	---	---	---	---	---	---	---
Diversos.....	---	---	---	---	---	---	---
Caicó ^d	6,5	---	5,0	4,0	---	---	4,7
Florânia ^d	2,0	4,0	---	---	5,0	7,0	9,0
Monção ^e	---	---	---	---	---	---	---

^a Inclui todo trabalho "doméstico" e de não-mercado registrado.

^b Apenas Caicó e Florânia.

^c Esta informação não se aplica a Monção.

^d Meradores + parceiros.

^e Moradores em tempo parcial ou parceiros.

TABELA 7
Número médio anual de horas por trabalhador^a

	Idade da Mãe						
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	≥ 50
Total.....	2,6	1,9	2,6	2,6	2,4	2,8	2,2
Caicó.....	2,7	1,2	2,5	2,6	2,2	2,9	1,8
Florânia.....	2,3	3,4	2,7	2,5	2,7	2,5	3,1
Monção ^b	---	---	---	---	---	---	---
Parceiros ^c	2,2	2,4	2,6	2,0	2,0	2,3	3,2
Caicó.....	2,3	1,3	2,4	1,1	2,2	---	2,7
Florânia.....	2,2	3,7	2,7	2,2	2,0	2,3	3,7
Monção ^b	---	---	---	---	---	---	---
Pequenos Proprietários.....	4,4	1,8	2,8	2,0	---	2,9	2,1
Caicó.....	4,4	1,8	2,8	2,2	---	2,9	1,9
Florânia.....	---	---	---	1,9	---	---	2,6
Monção ^e	---	---	---	---	---	---	---
Diversos.....	3,0	2,1	2,3	3,0	3,9	3,1	2,3
Caicó ^d	2,6	---	2,3	3,0	---	---	2,5
Florânia ^d	3,9	2,1	---	---	3,9	3,1	2,2
Monção ^b	---	---	---	---	---	---	---

^a Em 1.000 h por ano. N. B.: 10 h por dia x seis dias por semana x 52 semanas por ano = 3.120 hpa.

^b Esta informação não se aplica a Monção.

^c Meradores + parceiros.

^d Moradores em tempo parcial ou parceiros.

^e Possesores.

TABELA 8
Porcentagem da renda total da família devida aos filhos^a

	Idade da Mãe						
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	≥ 50
Total.....	2,4	1,1	5,6	17,9	14,0	22,6	16,5
Caicó.....	5,8	2,0	4,9	15,7	0,0	0,6	13,1
Florânia.....	0,0	5,1	15,1	31,4	38,8	43,1	58,6
Monção.....	0,0	0,0	0,5	4,9	5,2	3,4	1,7
Parceiros ^b	0,1	4,9	7,0	32,1	13,8	41,7	27,3
Caicó.....	0,7	3,1	0,0	30,2	0,0	—	13,7
Florânia.....	1,4	5,7	15,1	36,0	18,1	41,7	62,2
Monção.....	—	—	—	—	—	—	—
Pequenos Proprietários.....	26,8	0,0	20,4	20,0	0,0	4,9	4,4
Caicó.....	26,8	0,0	39,0	—	—	0,6	2,3
Florânia.....	—	—	—	20,6	—	—	21,3
Monção.....	—	0,0	0,0	0,0	0,0	7,3	0,0
Diversos.....	0,0	0,0	0,4	7,5	14,4	15,4	14,8
Caicó.....	0,0	—	0,0	9,6	—	—	19,7
Florânia ^c	0,0	0,0	—	—	64,0	45,9	51,5
Monção ^d	0,0	0,0	0,6	6,3	5,2	2,4	0,2

^a A renda não-agrícola foi registrada diretamente. A renda agrícola foi estimada multiplicando-se o número de horas trabalhadas pelos filhos na agricultura pelo valor médio do produto do trabalho na agricultura para a família como um todo.

^b Moradores + parceiros.

^c Moradores em tempo parcial ou parceiros.

^d Possesores.

TABELA 9
Consumo de subsistência como porcentagem do consumo total da família^a

	Idade da Mãe						
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	≥ 50
Total.....	36,3	51,5	49,3	43,7	41,6	49,2	40,9
Caicó.....	26,0	53,0	48,9	43,7	18,8	29,5	38,6
Florânia.....	29,6	59,8	61,2	52,9	50,3	53,4	57,1
Monção.....	43,8	44,9	42,4	32,9	39,7	45,5	38,5
Parceiros ^b	51,8	63,3	57,2	58,3	27,4	59,9	49,8
Caicó.....	45,9	57,7	53,8	53,3	18,6	—	48,0
Florânia.....	56,1	65,8	61,2	61,0	58,4	59,9	58,8
Monção.....	—	—	—	—	—	—	—
Pequenos Proprietários.....	6,2	43,4	22,9	33,3	71,7	34,8	37,5
Caicó.....	6,2	45,3	23,8	24,2	—	41,3	35,1
Florânia.....	—	—	—	33,7	—	—	21,7
Monção.....	—	42,5	19,8	23,1	71,7	31,2	55,3
Diversos.....	30,5	42,2	43,9	35,5	40,2	46,2	35,1
Caicó ^c	17,0	—	47,7	38,9	—	—	33,2
Florânia ^c	10,4	6,6	—	—	40,3	39,9	60,2
Monção ^d	43,8	46,0	43,2	33,2	40,2	48,6	35,3

^a Todos os bens e serviços produzidos para consumo próprio foram avaliados na amostra aos preços prevalecentes de mercado.

^b Moradores + parceiros.

^c Moradores em tempo parcial ou parceiros.

^d Possesores.

TABELA 10

Pensões e pagamentos de transferência, incluindo donativos, como percentagem da renda total da família

	Idade da Mãe						
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	≥ 50
Total.....	6,9	1,2	3,7	2,7	5,7	5,7	11,4
Caicó.....	15,2	0,7	6,4	5,4	55,7	0,0	14,3
Florânia.....	0,7	2,7	1,9	1,7	1,9	10,6	3,9
Monção.....	2,6	0,4	2,1	0,9	3,9	1,2	6,0
Parceiros ^a	3,3	2,2	11,6	2,4	15,7	5,0	8,4
Caicó.....	6,5	1,2	0,5	3,8	55,7	—	8,8
Florânia.....	0,1	2,6	1,9	1,7	3,4	5,0	2,7
Monção.....	—	—	—	—	—	—	—
Pequenos Proprietários.....	2,5	0,0	2,9	4,6	2,6	2,3	17,3
Caicó.....	2,5	0,0	0,0	15,4	—	0,0	19,3
Florânia.....	—	—	—	1,9	—	—	14,0
Monção.....	—	0,0	13,2	1,2	2,6	3,6	5,8
Diversos.....	9,7	0,7	6,8	2,0	3,3	7,0	9,9
Caicó ^b	30,0	—	33,6	3,9	—	—	14,9
Florânia ^b	0,0	3,3	—	—	0,0	22,1	7,0
Monção ^c	2,7	0,5	1,6	0,8	3,9	6,2	0,6

^a Moradores + parceiros.

^b Moradores em tempo parcial ou parceiros.

^c Posseiros.

Conforme discutido na Seção 3, o principal custo para os pais nas duras condições de subsistência das áreas rurais do Nordeste é o dos alimentos. Estes, por seu lado, podem ser relativamente mais baratos para os parceiros — em virtude da disponibilidade de empréstimos concedidos pelos donos da terra — do que para outros, cujos laços com a elite local são mais fracos. Em consequência, falar em crianças “mais baratas” para os parceiros implicaria dizer que eles tomam mais empréstimos para o consumo de alimentos do que os demais. Essa expectativa é confirmada pelas Tabelas 11 e 12.

A Tabela 11 mostra um padrão extremamente diferente de endividamento entre parceiros e pequenos proprietários. Enquanto os primeiros exibem um índice constante de dívidas durante o ciclo de vida, os segundos concentram seus débitos no período em que é maior a dependência dos filhos. A Tabela 12 indica outra importante diferença nos respectivos padrões de parceiros e não-parceiros. Estes possuem uma "carteira" relativamente estável de credores, incluindo bancos, ao passo que os parceiros são altamente dependentes dos donos de terra para obterem crédito e não realizam quaisquer transações com bancos. A Tabela 12 indica também que os parceiros tomam proporcionalmente mais empréstimos para fins de consumo do que os demais.⁴⁷

TABELA 11

Dívidas com retenção como percentagem da renda total da família

	Idade da Mãe						
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	≥ 50
Total.....	0,09	0,15	0,15	0,15	0,19	0,14	0,24
Caicó.....	0,02	0,08	0,05	0,12	---	---	0,04
Florânia.....	0,15	0,16	0,22	0,21	0,21	0,14	0,35
Monção.....	0,06	0,14	0,15	0,07	0,15	0,14	0,30
Parceiros ^a	0,15	0,17	0,14	0,18	0,12	0,20	0,17
Caicó.....	0,07	0,12	0,08	0,07	0,00	---	0,09
Florânia.....	0,18	0,20	0,19	0,25	0,15	0,20	0,27
Monção.....	---	---	---	---	---	---	---
Pequenos Proprietários.....	0,00	0,23	0,24	0,08	0,00	0,00	0,20
Caicó.....	0,00	0,07	0,00	0,00	---	0,00	0,02
Florânia.....	---	---	---	0,19	---	---	0,40
Monção.....	---	0,66	0,30	0,00	0,00	0,00	0,16
Diversos.....	0,05	0,01	0,11	0,10	0,16	0,13	0,28
Caicó ^b	0,00	---	0,00	0,19	---	---	0,07
Florânia ^b	0,00	0,00	---	---	0,27	0,00	0,56
Monção ^c	0,06	0,02	0,15	0,07	0,15	0,14	0,29

^a Moradores + parceiros.
^b Moradores em tempo parcial ou parceiros.
^c Posseiros.

47 Os empréstimos ao consumo constantes da Tabela 12 abrangem alimentos, remédios, despesas gerais e viagens. Os alimentos constituíam o caso mais freqüente.

TABELA 12

Percentagem de empréstimos totais devidos a diferentes tipos de credores

	Número Total de Transações	Utilização do Empréstimo					Total %
		Bancos e Cooperativas %	Intermediários Comerciais %	Donos de Terra %	Família, Amigos e Vizinhos %		
Total.....	173	7	16	45	32	100	
Consumo.....	130	1	13	35	26	75	
Produção.....	43	6	3	10	6	25	
Particulares.....	80		8	69	21	100	
Consumo.....	68		7	56	20	85	
Produção.....	12		1	13	1	15	
Pequenos Proprietários.....	25	12	16	4	68	100	
Consumo.....	19		12	4	60	76	
Produção.....	6	12	4		8	24	
Diversos: Total.....	68	15	26	28	31	100	
Consumo.....	44		21	19	24	64	
Produção.....	24	15	5	9	7	36	
Diversos: Possíveis.....	48	15	18	4	26	71	
Consumo.....	28		13	1	21	41	
Produção.....	20	15	5	3	5	30	

Os dois outros componentes do diferencial de custo dos alimentos entre parceiros e não-parceiros são os de produção e comercialização, discutidos brevemente na Seção 3. O de produção sobe rapidamente no caso de pequenos proprietários, à medida que aumenta o tamanho de suas famílias, isto devido aos retornos decrescentes de seus minúsculos sítios. Devido a essa circunstância, são forçados a empenhar-se durante parte do tempo em trabalho de moradores, emprego assalariado e outras atividades produtoras de renda, a fim de sustentar as famílias. Conforme pode ser visto nas Tabelas 13 e 14, essa necessidade é mais premente nas casas dos 20 e princípios dos 30 anos, quando os filhos são pequenos. Os parceiros, por outro lado, ao que parece, são poupados à incidência de retornos decrescentes em virtude do costume dos donos de terra de alocar glebas segundo o tamanho da família. Trata-se de mais uma maneira através da qual os latifundiários podem estar barateando o custo alimentar dos filhos de seus parceiros, neste caso seu custo de produção.

Por outro lado, o custo no varejo dos alimentos permanece em grande parte sob o controle dos donos de terra, que supostamente obrigam os parceiros a comprar no barracão, desta maneira obtendo renda da margem de comercialização. Este aspecto não pode ser analisado na atual amostra, uma vez que não se perguntou a origem das compras. A amostra, no entanto, de fato proporciona algum apoio à tese de que os donos de terra controlam o custo de produção de alimento dos parceiros via oferta elástica de terra às famílias mais numerosas.

A Tabela 15 mostra a área cultivada por classe de posse da terra e grupo etário e dá certo suporte, ainda que tênue, à suposição de que famílias mais antigas (maiores) de parceiros recebem mais terra do que as mais jovens. Antes dos 30 anos, os sítios dos parceiros são menores do que os dos pequenos proprietários e posseiros, mas se tornam muito maiores quando eles chegam às idades de 45 anos e mais. Estes chefes de família mais velhos controlam às vezes o trabalho agrícola de um ou dois filhos e quatro ou cinco netos, todos trabalhando em suas glebas na mesma propriedade e vivendo todos na mesma casa. De acordo com a Tabela 16, constituem as famílias de mais altos rendimentos da amostra. Na verdade, podem constituir o ideal que todos os demais tentam atingir. A abundância é

gerada pela soma da produção de numerosos trabalhadores em uma grande unidade de consumo, mesmo que os níveis individuais de consumo possam ser baixos.

TABELA 13

Renda de safra não-comercial como percentagem da renda total da família

	Idade da Mãe						
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	≥ 50
Total.....	63	76	74	66	83	68	66
Caicó.....	77	69	69	42	84	96	71
Florânia.....	10	57	54	42	60	38	19
Monção.....	97	92	90	87	91	96	76
Parceiros ^a	30	54	58	39	81	37	47
Caicó.....	55	55	60	46	84	—	59
Florânia.....	13	53	54	41	80	37	15
Monção.....	—	—	—	—	—	—	—
Pequenos Proprietários.....	88	96	87	60	94	97	88
Caicó.....	88	95	89	67	—	96	89
Florânia.....	—	—	—	46	—	—	49
Monção.....	—	98	80	78	94	98	22
Diversos.....	81	90	90	69	83	79	73
Caicó ^b	96	—	88	58	—	—	64
Florânia ^b	6	95	—	—	35	42	44
Monção ^c	95	89	91	90	91	95	94

^a Moradores + parceiros.

^b Moradores em tempo parcial ou parceiros.

^c Possesores.

A obtenção de uma grande e bem sucedida família de parceiro talvez constitua um objetivo deliberado, facilitado pelo baixo custo dos alimentos fornecidos pelos donos de terra e pela alta fecundidade. Não parece ser um resultado não intencional de costumes sociais inconscientes, uma vez que as famílias rurais do Nordeste pertencem à mesma composição étnico-cultural de brancos, negros e índios. Ao que parece, nem mesmo há uma diferença consistente em idade núbil entre as classes de posse da terra (Tabela 17), mesmo que um casamento precoce evidentemente sirva à vantagem de reprodução dos parceiros, ao passo que um casamento adiado serviria aos interesses opostos de pequenos proprietários e posseiros. Muito ao

TABELA 14

Percentagem do trabalho familiar total não dedicada à produção de safra comercial

	Idade da Mãe						
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	≥ 50
Total.....	60	65	60	45	44	81	54
Caicó.....	68	66	68	44	43	98	59
Florânia.....	46	63	45	48	48	47	44
Monção ^a	—	—	—	—	—	—	—
Parceiros ^b	50	58	57	38	49	46	55
Caicó.....	56	58	68	29	43	—	68
Florânia.....	44	57	45	46	56	46	45
Monção ^b	—	—	—	—	—	—	—
Pequenos Proprietários....	94	71	65	40	—	98	54
Caicó.....	94	71	65	26	—	98	54
Florânia.....	—	—	—	56	—	—	55
Monção ^c	—	—	—	—	—	—	—
Diversos.....	64	100	73	56	42	51	51
Caicó ^d	66	—	73	56	—	—	54
Florânia ^d	56	100	—	—	42	51	37
Monção ^d	—	—	—	—	—	—	—

^a A informação não se aplica a Monção.

^b Moradores + parceiros.

^c Moradores em tempo parcial ou parceiros.

^d Possesores.

TABELA 15

Área total cultivada

	Idade da Mãe						
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	≥ 50
Total.....	9,23	4,3	4,9	3,7	3,5	5,9	7,7
Caicó.....	2,1	—	4,0	3,4	1,2	0,3	9,7
Florânia.....	6,6	—	5,2	5,5	0,6	8,3	8,2
Monção.....	20,2	5,1	5,2	3,0	3,2	5,4	4,1
Parceiros ^a	2,6	3,8	4,8	6,6	2,4	8,7	15,3
Caicó.....	1,7	4,0	4,4	5,1	1,2	—	18,4
Florânia.....	3,6	3,7	5,2	7,7	3,6	8,7	12,3
Monção.....	—	—	—	—	—	—	—
Pequenos Proprietários....	4,0	4,3	2,0	2,7	1,2	3,2	5,4
Caicó.....	4,0	5,0	1,7	1,0	—	0,3	6,45
Florânia.....	—	—	—	2,2	—	—	—
Monção.....	—	4,0	2,4	3,9	1,2	4,7	2,0
Diversos.....	18,1	4,8	5,5	2,8	3,8	5,9	4,6
Caicó ^b	2,0	—	6,6	3,0	—	—	6,1
Florânia ^b	22,0	0,6	—	—	9,6	7,0	2,0
Monção ^c	20,2	5,3	5,4	2,7	3,3	5,7	3,5

^a Moradores + parceiros.

^b Moradores em tempo parcial ou parceiros.

^c Possesores.

TABELA 16
Renda total da família^a

	Idade da Mãe						
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	≥ 50
Total.....	6,8	4,9	4,0	4,4	5,2	5,0	6,3
Caicó.....	6,8	5,9	6,6	4,9	4,1	3,5	7,9
Florânia.....	7,3	5,3	6,4	5,9	12,0	8,6	6,0
Monção.....	6,4	4,4	3,5	3,2	4,4	4,7	3,8
Parceiros ^b	5,1	6,1	6,9	6,4	8,6	7,7	9,4
Caicó.....	4,3	7,6	7,4	5,5	4,1	---	10,7
Florânia.....	5,9	5,6	6,4	7,1	13,2	7,7	8,0
Monção.....	---	---	---	---	---	---	---
Pequenos Proprietários....	10,9	4,2	2,9	2,7	1,9	2,3	5,1
Caicó.....	10,9	4,2	3,3	2,9	---	3,5	5,7
Florânia.....	---	---	---	4,4	---	---	1,5
Monção.....	---	4,2	1,9	2,8	1,9	3,2	4,1
Diversos.....	8,1	4,4	4,0	3,8	5,0	6,2	5,6
Caicó.....	11,0	---	9,6	4,7	---	---	8,6
Florânia ^c	14,1	2,8	---	---	10,8	11,3	4,2
Monção ^d	6,4	4,5	3,6	2,3	4,6	5,3	3,4

^a Cr\$ 1.000 de 1974 = US\$ 166.

^b Moradores + parceiros.

^c Moradores em tempo parcial ou parceiros.

^d Possesores.

contrário, parece que a grande família é um objetivo estabelecido cedo na vida, na direção do qual trabalham os pais, mudando-se menos que as outras famílias (Tabela 18), estabelecendo laços permanentes de dependência social e econômica com seus patrões, tendo tantos filhos quanto possível e deles tirando tanto trabalho quanto podem.⁴⁸

De sua parte, parece que os donos de terra financiam as necessidades de consumo das grandes famílias dos parceiros. Na medida em que a fecundidade é elástica ao custo dos alimentos, aparentemente os latifundiários proporcionam incentivos para que os parceiros tenham muitos filhos ao baratarem o custo de juros. À parte

⁴⁸ Havíamos esperado que os filhos de parceiros apresentassem menos horas de escolaridade do que os de pequenos proprietários e posseiros. A evidência, bastante resumida, colhida na amostra (Tabela 19), no entanto, não empresta apoio a essa suposição.

terem muitos filhos e os colocarem no cito, a visível inaceitabilidade dos parceiros ao crédito institucional configura um obstáculo sério à acumulação por eles de ativos produtivos, com exceção de filhos.

Além disso, se os parceiros são bons pagadores para merecer repetidamente tantos empréstimos de seus patrões, sua falta de crédito bancário torna-se suspeitosamente sugestiva de conluio no mercado local de crédito. Talvez os patrões obtenham vantagens especiais do monopólio de crédito de que desfrutam *vis-à-vis* os parceiros. Essa vantagem, no entanto, não precisa ser limitada à renda de usurário produzida pela taxa de juros cobrada. Ao estipular que a dívida deve ser paga em termos da safra comercial local (algodão nos casos de Caicó e Monção e arroz no de Monção), o patrão-credor pode obter renda suplementar ao comercializar mais tarde a parte da safra correspondente à dívida (juntamente com a parte contratual). À parte impedir o resgate da dívida em dinheiro e monopolizar também o mercado local de trabalho, o dono da terra evita que atividades produtoras de renda monetária desviem da safra comercial o trabalho da família.⁴⁹

A longo prazo, o endividamento crônico das famílias dos parceiros dá aos patrões uma força de trabalho crescente e cativa, especializada na produção de safras comerciais, e crescente utilização de suas sabidamente subutilizadas propriedades na economia agrícola do Nordeste, abundante em terra e carente em mão-de-obra.⁵⁰ O mecanismo

⁴⁹ Na verdade, parece que os donos de terra exercem um monopólio quádruplo sobre os parceiros: nos mercados de terras, de produtos, de trabalho e de crédito. Segundo Kenneth J. Arrow, "Toward a Theory of Price Adjustment", in *The Allocation of Economic Resources* (Palo Alto: Stanford University Press), pp. 41-51, quanto maior o grau de concentração, em qualquer lado do mercado, maior o poder de formação de preço que esse lado terá. Em consequência, os preços de terra e taxas de juros mais altas pagas pelos pequenos agricultores, e os baixos salários e preços de produto recebidos por eles, são por igual sugestivos de que os donos de terra na verdade exercitam, nesses mercados, o poder monopolista de que dispõem.

⁵⁰ William H. Nicholls, "An Agricultural Surplus as a Factor in Economic Development", in Karl A. Fox e D. Gale Johnson (eds.), *Readings in the Economics of Agriculture* (Homewood, Illinois: Richard D. Irwin, 1969), pp. 386-423, especialmente pp. 400-404, chega a uma conclusão semelhante a respeito de população, parceria e extração de excedentes em economias de mão-de-obra escassa, embora não leve em conta o papel do crédito concedido pelos donos de terra para baratear o custo alimentar dos filhos de seus parceiros.

TABELA 17
Idade de casamento das mães

	Idade da Mãe							
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	≥ 50
Total.....	16,3	18,5	12,6	18,5	21,2	21,2	23,6	25,4
Caicó.....	--	21,5	21,5	22,7	22,3	nc	21,0	26,8
Florânia.....	--	17,3	17,3	18,0	17,8	18,0	18,7	21,2
Monção.....	16,3	18,3	18,3	17,8	22,2	27,1	25,0	23,1
Parceiros ^a	--	18,7	17,7	21,3	20,0	28,0	19,0	23,3
Caicó.....	--	19,8	nd	24,0	25,5	nc	--	23,6
Florânia.....	--	17,6	17,3	18,0	16,3	16,1	19,0	23,3
Monção.....	--	--	--	--	--	--	--	23,0
Pequenos Proprietários...	15,0	nd	20,0	nd	19,8	28,0	18,7	24,8
Caicó.....	--	nd	24,0	nd	17,0	--	21,0	24,9
Florânia.....	--	--	--	--	20,0	--	--	20,0
Monção.....	15,0	--	18,0	15,0	21,0	28,0	17,5	22,5
Diversos.....	17,0	17,7	18,3	18,3	22,8	20,1	26,3	24,1
Caicó ^b	--	18,0	--	22,0	23,0	--	--	25,0
Florânia ^b	--	17,0	17,0	--	--	20,0	18,0	16,0
Monção ^c	17,0	17,7	18,5	18,0	22,7	26,1	28,0	24,3

^a Moradores + parceiros.
^b Moradores em tempo parcial ou parceiros.
^c Possesores.
nc = não casaram.
nd = informação não disponível.

TABELA 18
Percentagem de maridos que alguma vez residiram em outro Estado

	Idade da Mãe							
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	≥ 50
Total.....	66,7	42,9	39,1	42,9	42,1	23,5	58,3	31,6
Caicó.....	--	25,0	25,0	12,5	50,0	0,0	100,0	29,6
Florânia.....	--	50,0	42,9	80,0	60,0	0,0	50,0	60,0
Monção.....	66,7	37,1	41,7	46,7	25,0	28,6	57,1	25,0
Parceiros ^a	--	40,0	37,5	50,0	60,0	0,0	33,3	22,2
Caicó.....	--	20,0	50,0	20,0	50,0	0,0	--	20,0
Florânia.....	--	60,0	33,3	80,0	65,7	0,0	33,3	33,3
Monção.....	--	--	--	--	--	--	--	0,0
Pequenos Proprietários...	100,0	100,0	33,3	32,3	40,0	100,0	100,0	53,3
Caicó.....	--	100,0	0,0	0,0	0,0	--	100,0	33,3
Florânia.....	--	--	--	--	50,0	--	--	100,0
Monção.....	100,0	--	50,0	100,0	50,0	100,0	100,0	0,0
Diversos.....	50,0	40,0	44,4	40,0	33,3	21,4	50,0	35,3
Caicó ^b	--	0,0	--	0,0	66,7	--	--	28,6
Florânia ^b	--	0,0	100,0	--	--	0,0	100,0	100,0
Monção ^c	50,0	37,1	37,5	42,9	16,7	23,1	40,0	33,3

^a Moradores + parceiros.
^b Moradores em tempo parcial ou parceiros.
^c Possesores.

TABELA 19
Horas de aula anuais por filho

	Idade da Mãe						
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	≥ 50
Total ^a							
Caicó ^a							
Florânia ^a							
Monção ^a							
Parceiros ^{a,b}							
Caicó.....	0,0	0,0	174,55	0,0	0,0	—	136,00
Florânia.....	0,0	0,0	29,23	230,00	112,00	80,00	167,50
Monção.....	—	—	—	—	—	—	—
Pequenos Proprietários ^a							
Caicó.....	0,0	0,0	0,0	180,00	—	128,00	59,17
Florânia.....	—	—	—	0,0	—	—	0,0
Monção.....	—	118,29	0,0	221,54	0,0	221,40	0,0
Diversos ^a							
Caicó ^c	0,0	—	320,00	404,25	—	—	132,50
Florânia ^c	0,0	96,00	—	—	600,00	44,44	40,00
Monção ^d	0,0	0,0	136,50	31,76	125,22	192,85	58,91

^a Os totais não foram calculados devido à natureza sistemática da resposta.

^b Moradores + parceiros.

^c Moradores em tempo parcial ou parceiros.

^d Possesores.

da parceria garante ao dono da terra um fluxo de renda futura, produzida pelo financiamento corrente da fecundidade dos parceiros. Essas conjecturas, aliás, foram indiretamente confirmadas antes pelas Tabelas 13 e 14, que mostram que as famílias dos parceiros especializam-se mais na produção de safras comerciais do que os pequenos proprietários ou posseiros.

A esta luz, o regime de parceria parece ser muito mais do que um simples mecanismo de divisão de riscos entre sócios supostamente simbióticos. Combinado com a retenção ou penhora de safra, a parceria aparentemente constitui um expediente para a extração de excedentes, fundamentado na exploração da família do parceiro. Além disso, a própria importância da economia de subsistência perde sua conotação de “atraso” e de “subdesenvolvimento” e ganha um significado mais profundo em termos de um meio específico para a extração de excedentes.

5 — Conclusões

O sistema de parceria no Nordeste constitui um acordo institucional que regula um conjunto específico de transações entre parceiros e donos de terra. Camponeses sem terra ganham acesso à mesma e a serviços de armazenamento de alimentos durante períodos de carência. Os donos da terra, por outro lado, obtêm acesso ao trabalho familiar graças à sobreposição de ciclos de vida de membros individuais. Intrínseca a essa relação é o endividamento decorrente do consumo de alimentos e retenção ou penhor de safra. O seu efeito a curto prazo consiste em prover um incentivo ao aumento da contribuição de trabalho da família e à especialização na safra comercial. O seu impacto a longo prazo aparentemente estimula o aumento do tamanho da família, tanto pela redução dos custos de grandes famílias quanto pela elevação dos seus benefícios não apenas para os parceiros, mas também para os donos da terra. O regime de parceria, por conseguinte, parece estar vinculado à alta fecundidade.⁵¹

Trata-se de uma hipótese bem nova e que merece investigação ulterior. Em trabalhos subseqüentes, os benefícios associados ao custo dos alimentos e ao trabalho dos filhos numa economia parceiro-dono de terra serão comparados com os de uma economia agrária com mercado de assalariados. Tais elementos serão incorporados a um modelo de fecundidade, que será testado com a parte rural da pesquisa nacional de domicílios, intitulada *Estudo Nacional de Despesa Familiar* (ENDEF-FIBGE).

⁵¹ A parte o endividamento por retenção ou penhor de safra, a especialização do parceiro na produção de safras comerciais constituiu também um fenômeno muito comum e criticado no sul dos Estados Unidos após a guerra. Um resultado mais recente e muito interessante do ponto de vista deste trabalho é que negros rurais destituídos de terras parecem ter também famílias maiores do que os pequenos proprietários. No particular, ver S. Parnell, "The Effect of Emancipation on the Fertility of Black Americans", documento, *Economics* 130 (Stanford University, dezembro de 1976), p. 12. No relativo à alta significância estatística do efeito negativo da posse de terra sobre a fecundidade na amostra aqui descrita, ver também Dov Chernichovsky, "Some Socioeconomic Aspects...", *op. cit.*, p. 13.

No Brasil, as taxas rurais de fecundidade declinaram significativamente na última década. Entrementes, a recente e rápida transformação dos parceiros em uma força de trabalho assalariada coincidiu com crescente subemprego e condições de excesso de mão-de-obra na economia urbana. Uma vez que o agravamento das perspectivas de emprego urbano atenua progressivamente a ameaça migratória, novas empresas agrícolas talvez já não sintam mais a necessidade de estimular a reprodução da força de trabalho rural ou vincular os trabalhadores à terra, como os escravagistas costumavam fazer pela força e os donos de terra tradicionalistas ainda fazem pelo endividamento. A evidência empírica apresentada neste trabalho sugere que o declínio da fecundidade rural no Brasil pode significar não uma “modernização” de uma força de trabalho agrícola atrasada, mas seu ajustamento consciente à perda recente de induzimentos racionais à fecundidade, experimentados antes sob o regime de parceria.

Estes resultados são especialmente relevantes para a crescente renovação do interesse no Brasil pela questão do controle da natalidade, em particular nas áreas rurais. A maioria das esposas entrevistadas na amostra, embora analfabetas, não apenas estavam informadas, mas queriam usar anticoncepcionais. Não podiam, no entanto, contrariar os interesses deliberadamente reprodutivos dos maridos que, encorajados pelos patrões, queriam filhos para ajudá-los a cultivar a terra. Uma melhor compreensão dos papéis de pais, mães, filhos e seus empregadores na economia rural, portanto, pode ser necessária antes que se possa elaborar um conjunto eficiente de políticas demográficas rurais para o Brasil.

